

Ambulantes invadem calçadões do Centro

Milton Alves Júnior

miltonalvesjunior@jornaldodia.com.br

Imunes a qualquer tipo de fiscalização promovida pela Prefeitura de Aracaju, ambulantes sem permissão voltam a ocupar gradativamente parte dos calçadões das ruas Laranjeiras e João Pessoa, no Centro. Com isso, lojistas e pedestres já começaram a denunciar a irregularidade. Vendendo variados tipos de alimentos, vestuário e objetos, os clandestinos na maioria das vezes chegam antes do horário de abertura das lojas, armam as barracas e frequentemente batem boca com os gerentes das lojas. Temendo possíveis repressões desses vendedores, um seletivo grupo de lojistas se reuniu na última quarta-feira e decidiu denunciar o caso junto aos meios de comunicação e na Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), responsável pela organização e fiscalização da área.

Entre os denunciante

guns também são ambulantes que trabalham há anos no local, mas que conseguiram alvará de funcionamento no ano de 2011 quando Edvaldo Nogueira (PCdoB) ainda era prefeito da capital. Para uma vendedora de acessórios de celular, que preferiu não ser identificada na matéria, essa migração dos 'famosos' camelôs foi possível após uma prévia autorização por parte do prefeito João Alves Filho (DEM), quando o mesmo pleiteava ser sucessor do comunista. "Ele prometeu estabilidade para todo mundo aqui se a gente apoiasse a campanha dele, fizemos isso, mas acho que ele falou o mesmo para outros e agora deu no que deu. Concorrência absurda e desleal", lamentou.

Muitas vezes obstruindo a passagem de pedestres, em especial nas proximidades da Praça General Valadão, a queixa de alguns aracajuanos mais exaltados vai de encontro àqueles que jul-



OS LOJISTAS RECLAMAM QUE OS CALÇADÕES FORAM INVADIDOS POR CAMELÔS

CLEVERTON RIBEIRO

gam o problema como uma simples falta de organização em solo público. Transeunte diário nos calçadões, o carteiro Josevan Alves disse gostar do número de vendedores ambulantes, mas reprovou a maneira como os mesmos se concentram, a depender do dia da semana. "Pra acabar de vez com essa queixa, os governantes devem se reunir com os ambulantes e disponibilizar um espaço só para eles, tipo feira. Até gosto

da variedade e preços, são sempre mais baratos, mas realmente é uma desorganização sem tamanho", afirmou Josevan.

Compartilhando com a opinião do carteiro, a empresária Maria Muniz Nunes afirmou que alguns ambulantes servem, inclusive, para aquecer a economia dos donos de lojas consideradas de grande estrutura. Avaliando essa troca de comércio de vasto poder lucrativo para ambas as partes, ela dis-

se: "Tenho uma loja de calçados e eu mesma permito que uma ambulante comece a vender utensílios como cadarços coloridos, reforma de tênis e palmilhas, por exemplo. Essa venda paralela é boa para ela e pra mim, mas superlotação de camelôs não é bom pra ninguém, e infelizmente é isso que estamos presenciando".

Responsabilidade - Em entrevista concedida ao Jornal do Dia, o diretor de espaços públicos da Emsurb, Luís Carlos (Branca de Neve), disse ter conhecimento das denúncias, mas que essa aglomeração de ambulantes é natural nos meses que antecedem o período natalino. Na tentativa de resolver o impasse, o administrador informou que já na próxima semana estará instalando um 'gabinete itinerante' no Centro para poder resolver a situação de maneira harmoniosa. "A taxa de desemprego está

alta e não podemos simplesmente passar o rapa e apreender as mercadorias. Vamos ao Centro conversar com todos e tentar encontrar uma solução boa para todos", declarou.

Criticando a forma de governar da antiga gestão municipal, Branca pontuou: "Ao contrário do que era feito antes, na nossa administração municipal, nós queremos sentar na calçada e conversar com cada vendedor. Infelizmente não temos nesse momento um espaço melhor e mais adequado para todos, mas juntos poderemos encontrar uma solução de forma racional e com a participação de todos". Na semana passada o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma audiência pública para debater o teor dessas denúncias. A perspectiva é que administradores, promotores e lojistas voltem a se encontrar na sede do órgão estadual de fiscalização em aproximadamente 45 dias úteis.

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

